



GOVERNAÇÃO ECONÓMICA



FORD
FOUNDATION

www.cddmoz.org

Quarta - feira, 24 de Julho de 2024 | Ano VI, n.º 46 | Director: Prof. Adriano Nuvunga | Português

20 ANOS DE EXTRACTIVISMO NA PROVÍNCIA DE TETE:
EXPECTATIVAS E REALIDADES

O Contraste entre Abundância de Recursos Naturais e a Persistência de Pobreza Extrema e Desigualdades Sociais





As contribuições dos palestrantes ressaltaram a importância de incorporar a sustentabilidade e a responsabilidade social nas operações de mineração, enfatizando que essas práticas não são favores, mas obrigações das empresas. A mitigação dos impactos ambientais e a promoção de programas de desenvolvimento comunitário foram identificadas como essenciais para garantir que as comunidades locais se beneficiem de maneira tangível e sustentável.



1. Contexto

Nos últimos 20 anos, Moçambique experimentou um aumento exponencial na descoberta de recursos minerais, gerando expectativas consideráveis de redução da pobreza e das desigualdades no país. A exploração desses recursos foi e continua sendo vista como uma oportunidade para impulsionar a prosperidade nacional. Tete, uma província central e pioneira na exploração de carvão mineral no país, exemplifica esse potencial de recursos e o contraste de subdesenvolvimento. Após duas décadas, há um contraste evidente entre a abundância de recursos e a persistência de cinturões de pobreza.

Apesar de possuir reservas gigantes de carvão avaliadas em 838 milhões de toneladas métricas, Tete ainda enfrenta desafios econômicos e sociais extremos, como a pobreza, desigualdade e falta de oportunidades de emprego, especialmente para mulheres e jovens. Diante deste complexo cenário, é crucial promover diálogos inclusivos e críticos sobre a governação do setor extractivo em Moçambique.

Depois da série de consultas distritais, o Centro para Democracia e Direitos Humanos (CDD), em parceria com a Fundação Ford, organizou realizou o terceiro policy dialogue provincial no dia 5 de Julho de 2024, subordinado ao tema “20 Anos de Extractivismo na Província de Tete: Expectativas e Realidades - Lições para o Futuro”. Enquanto o foco é a busca de soluções para a maldição de recursos em Tete, o evento pretendia gerar lições para Cabo Delgado, o El-Dorado do gás, garantindo que o crescimento econômico seja inclusivo, e promova desenvolvimento inclusivo com respeito aos direitos humanos das comunidades e dos líderes de justiça social.

O evento reuniu membros do governo, representantes dos distritos de Tete e Moatize, sociedade civil e académicos, proporcionando discussões profundas em três grandes painéis.

Vinte (20) anos de Mineração em Tete: Impactos Socioeconômicos e Ambientais (Avanços e Retrocessos)

Moçambique Só Colherá Frutos da Exploração Mineral com Revisão dos Contratos de Concessão

Prof. Dr. Crimildo Coutinho (Docente Universitário, Unipúngue)

Na sua intervenção, o académico Crimildo Coutinho argumentou que Moçambique só poderia colher benefícios reais da exploração de recursos minerais se realizar uma revisão imediata e substancial dos contratos de concessão mineira, visando aumentar a participação acionária do Estado nesses projetos. Ele destaca que é inaceitável que, mesmo após mais de duas décadas de experiência na exploração mineral, Moçambique detenha apenas 10% de participação nos grandes projetos. Coutinho adverte contra a repetição dos erros cometidos em Tete, sublinhando que países que alcançaram desenvolvimento sustentável através da indústria extractiva o fizeram implementando agendas de desenvolvimento bem estruturadas para os seus recursos naturais. Ele enfatiza a importância de garantir que os recursos pertençam verdadeiramente ao povo, através de uma participação robusta do Estado.

Para Coutinho, é fundamental que os contratos mineiros incluam cláusulas que garantam uma par-



ticipação efetiva do Estado nos lucros e benefícios dos empreendimentos, não se limitando apenas a benefícios fiscais. Além disso, Crimildo Coutinho destaca a necessidade de Moçambique assegurar a sustentabilidade dos benefícios derivados dos projetos de recursos naturais.

Por fim, ele questiona o legado deixado pelas empresas mineradoras em Tete após 20 anos de

exploração, enfatizando a urgência de políticas e legislações que não apenas protejam os interesses das empresas exploradoras, mas também promovam o desenvolvimento sustentável e equitativo dos recursos naturais. “É importante garantir que os benefícios econômicos sejam distribuídos de forma justa entre o Estado, os empresários nacionais e as comunidades afetadas”.

A Exclusão da População das Áreas dos Megaprojetos Reflete as Desigualdades Sócio-Espaciais, Aprofunda a Pobreza e o Sentimento de Exclusão, o que Dificulta a Plataforma de Diálogo entre a População Local e os Representantes dos Megaprojetos

Prof. Dr. Arcénio Olindio Luís Luabo (Docente Universitário, Unipúngue)

Na ocasião, Luabo defendeu que o fato de os megaprojetos serem implantados em Zonas Econômicas Especiais e Zonas Francas Industriais e desfrutarem de um regime fiscal privilegiado, incluindo isenção de direitos aduaneiros, baixas taxas de imposto de produção nos primeiros cinco anos e isenção de imposto de consumo e de renda, penalizou bastante os ganhos do governo e, conseqüentemente, os ganhos das comunidades onde os projetos estão hospedados. “As regiões que acolhem esses investimentos estrangeiros muitas vezes carecem de infraestrutura social e apresentam baixos índices educacionais, o que limita as oportunidades para os residentes locais aproveitarem os benefícios gerados”, enfatizou Olindio Luabo.

Luabo acrescentou que a exclusão da população das áreas afetadas por megaprojetos refletia as profundas desigualdades sócio-espaciais e intensificava a pobreza e o sentimento de exclusão. Isso, por sua vez, dificulta o estabelecimento de um diálogo efetivo entre a comunidade local e os representantes dos megaprojetos, levando a que as comunidades impactadas não percebam os benefícios do desenvolvimento desses projetos em áreas essenciais para a sua subsistência, como terras agrícolas e locais de importância cultural.

Assim, a proposta é repensar a lógica dos megaprojetos de mineração, particularmente na responsabilidade social destes, no seu papel para o fortalecimento das finanças públicas e, particularmente, das finanças distritais.

Luabo fala igualmente do processo de reassentamento compulsório da população afetada para áreas



como Cateme e bairro 25 de Setembro, embora planejado pela Vale Moçambique. “O processo de reassentamento no âmbito da exploração resultou em novas dinâmicas sócio-espaciais e ajustes na estrutura social. A divisão da população em categorias “rurais” e “urbanas” durante o reassentamento, uma estratégia adotada pela Vale, gerou desconforto e, em alguns casos, separou membros de uma mesma família”, defendeu Luabo, caracterizando o processo como “dividir para reinar”.

Por fim, Luabo adverte que a implementação desses megaprojetos não apenas remodela a paisagem física, mas também redefine as dinâmicas sociais das comunidades afetadas, frequentemente exacerbando as disparidades existentes e complicando os esforços para uma inclusão verdadeira e um desenvolvimento sustentável.

Pensar na Sustentabilidade Social da Exploração Mineira É Também Pensar no Respeito aos Direitos Humanos das Comunidades Atuais e Futuras da Província Salvado Raisse (Pesquisador do CDD)

Os projetos de exploração mineira devem incorporar a sustentabilidade e a responsabilidade social como elementos essenciais das suas ações. É fundamental que estejam comprometidos, na sua missão, com a redução da pobreza e a promoção da equidade social. Esta abordagem não apenas fortalece a operação em si, mas também contribui positivamente para o desenvolvimento das comunidades afetadas pelos projetos.

Salvado Raisse, economista e pesquisador do CDD, destaca que a mineração, apesar de trazer benefícios econômicos para os países detentores de recursos exploráveis, também gera impactos ambientais, sociais e culturais negativos. “É implementar programas de responsabilidade social para mitigar esses impactos ao longo do ciclo de vida das minas, assegurando que estas contribuam para o desenvolvimento social e econômico das áreas afetadas”, defendeu Raisse.

Segundo Raisse, as empresas de mineração têm a responsabilidade de gerenciar e monitorar os seus impactos sociais e ambientais. O pesquisador do CDD acrescenta que as ações de responsabilidade social não representam um favor às comunidades, mas sim uma pura obrigação das empresas mineradoras. “A mitigação dos impactos ambientais deve ser integrada desde o início das operações até à fase de recuperação pós-fechamento da mina. Estratégias como melhorias no manejo do transporte, uso de pulverização de água para a supressão de poeira e implementação de cinturões verdes podem e devem ser usadas para contribuir para minimizar os impactos ambientais”, defendeu Raisse.

No aspecto social, Raisse destaca a importância de focar em dois grupos principais: pessoas deslocadas e comunidades locais afetadas pelo projeto. Para os deslocados, defende que é crucial garantir compensações adequadas e oportunidades para melhorar o seu sustento, enquanto as comunidades locais devem beneficiar-se economicamente de outras formas da presença da mineração por meio de programas de desenvolvimento comunitário.

Raisse ainda defendeu que, no contexto moçambicano, especialmente em Tete, a presença das empresas de mineração e as questões associadas aos



impactos socioambientais, como reassentamento e poluição, corporizam desafios significativos e requerem atuação pontual e responsável do governo através de ações concretas de modo a tirar a população do martírio vivido que em tudo representa o desrespeito e a violação dos direitos humanos.

Raisse termina argumentando que, apesar das atividades filantrópicas realizadas pelas empresas, é crucial que as práticas de responsabilidade social empresarial sejam implementadas de maneira estratégica, alinhadas com programas eficazes de redução da pobreza e desenvolvimento local participativo e inclusivo.

Governança e Futuro do Setor Extrativo em Moçambique: Qual é a lição que se tira de Tete?

Os desafios enfrentados pelas comunidades reassentadas em Tete representam abuso de direitos humanos e desrespeito aos princípios básicos inicialmente acordados

Horácio Levene (Reassentado de Cateme)

Para Horácio Levene, primeiramente, as terras disponibilizadas para reassentamento não são adequadas para agricultura, uma atividade vital para muitas pessoas da comunidade. Isso compromete diretamente as suas fontes de subsistência, uma vez que a agricultura era uma prática comum antes do reassentamento. Além disso, ele defende que as compensações financeiras recebidas são insuficientes para compensar as perdas econômicas e as mudanças no estilo de vida.

Levene acrescenta que a transição para novas áreas também resultou em poucas oportunidades econômicas, contribuindo para um nível de vida mais baixo do que o que as comunidades estavam acostumadas anteriormente. Em geral, a exploração mineira nas novas áreas de reassentamento trouxe consigo conflitos sociais, econômicos e políticos adicionais, exacerbando ainda mais os desafios enfrentados pelas comunidades.

Para mitigar esses problemas foram formados Comitês de Gestão de Recursos Naturais (CGRN), compostos por membros das próprias comunidades reassentadas e das comunidades próximas às minas. Estes comitês surgiram com o objetivo de representar e defender os interesses das comunidades afetadas. Além dos obstáculos burocráticos enfrentados para o seu registo oficial e funcionamento eficaz, este tem pouco poder de influência nas decisões tomadas. O governo ainda não prioriza o que é decidido nos comitês de supervisão para investimentos na comunidade com relação aos recursos provenientes de Royalties atribuídas às comunidades, os famosos 2,75%. Há queixas também que o valor dos 2,75% é usado para atender agendas políticas e não para atender as prioridades da população.



Um exemplo concreto é o Comité de Gestão dos Recursos Naturais de Mualadzi, uma organização local ativa e influente, embora ainda não formalmente registada. Este comité tem sido crucial na defesa dos direitos das comunidades, lutando por melhorias nas condições de vida, acesso à água potável e pelo cumprimento das promessas feitas pelas empresas e pelo governo em relação ao desenvolvimento local.

Em geral, os desafios persistem. Problemas como escassez de água, infraestrutura precária de transporte e o não cumprimento das promessas de emprego continuam a afetar severamente as comunidades reassentadas.

Reassentamentos: Promessas Desfeitas, Diálogo Ineficaz e Comunidades Frustradas é o Resumo do que se Pode Fazer dos 20 Anos de Extractivismo em Tete

Aurélio Capito (Director Executivo da OREMO)

A situação dos reassentamentos em várias comunidades é marcada por uma série de promessas não cumpridas e uma comunicação deficiente entre governo, empresas e populações locais. Aurélio Capito destaca que os erros persistentes ao longo do processo não foram corrigidos, sendo a falta de diálogo e de envolvimento das comunidades as principais causas.

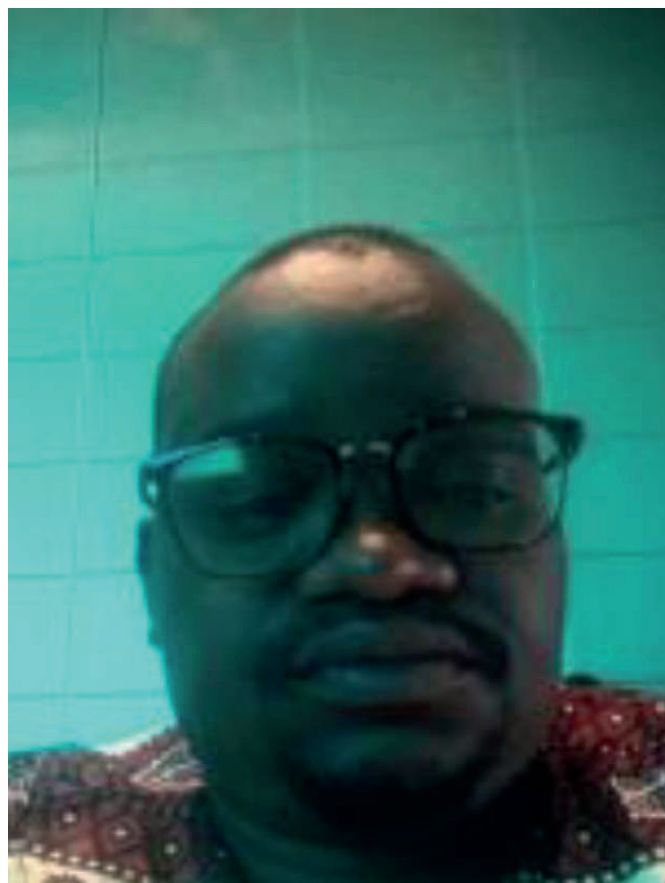
O governo mostra-se apático e pouco comunicativo, enquanto as empresas negligenciam o diálogo com as comunidades afetadas. Esse vácuo de comunicação gera conflitos crescentes entre as partes envolvidas, exacerbando as tensões já existentes.

Capito ainda levanta questões de comunicação, além de preocupações com a poluição causada pelas operações das empresas. No entanto, no seu entender, a capacidade técnica e institucional das autoridades governamentais para monitorar e fiscalizar esses impactos ambientais é consideravelmente limitada, agravando ainda mais os problemas ambientais locais.

Capito destaca também que, nos projetos estabelecidos, a automação e o uso intensivo de tecnologia têm reduzido drasticamente a demanda por mão de obra, afetando diretamente a oferta de emprego nas comunidades reassentadas. Ao mesmo tempo, o aumento da mão de obra qualificada, formada em resposta à demanda das multinacionais, não se traduziu em oportunidades de emprego locais significativas. Isso demonstra facilmente que o impacto econômico dos projetos tem reduzido significativamente.

Ele acrescenta que, anteriormente, as empresas forneciam apoio substancial às comunidades, mas esses benefícios diminuíram consideravelmente. “O suporte alimentar foi cortado, enquanto o apoio financeiro para iniciativas locais nunca alcançou efetivamente as comunidades”, afirmou Capito. Como resultado, muitos membros das famílias enfrentam desemprego e as comunidades lutam com insegurança alimentar crônica.

Em geral, a falta de diálogo eficaz, a poluição sem controle adequado e a redução do apoio econômico têm alimentado uma crescente frustração entre



as comunidades reassentadas. A abordagem desses desafios exige um compromisso renovado das empresas, um governo mais ativo e transparente, e um envolvimento genuíno e contínuo das comunidades no processo de desenvolvimento sustentável.

Conclusão

A análise dos 20 anos de extractivismo na província de Tete revela um quadro complexo de promessas não cumpridas, desafios sociais e econômicos persistentes, e uma clara necessidade de revisão e melhoria nas práticas de governança e responsabilidade social das empresas mineradoras. A abundância de recursos naturais na região contrastou fortemente com a persistência de pobreza extrema e desigualdades sociais, levantando questionamentos sobre a chamada “maldição dos recursos”.

Os painéis discutiram de forma abrangente os impactos socioeconômicos e ambientais da mineração, destacando a necessidade de uma revisão substancial dos contratos de concessão mineira para aumentar a participação acionária do Estado e garantir que os benefícios dos recursos naturais sejam distribuídos de maneira justa entre o governo, empresários nacionais e as comunidades afetadas. A exclusão socioeconômica das comunidades locais foi apontada como um fator agravante das desigualdades, dificultando o estabelecimento de um diálogo eficaz e a percepção dos benefícios do desenvolvimento.

As contribuições dos palestrantes ressaltaram a importância de incorporar a sustentabilidade e a responsabilidade social nas operações de mineração, enfatizando que essas práticas não são favores, mas obrigações das empresas. A mitigação dos impactos ambientais e a promoção de programas de desenvolvimento comunitário foram identificadas como essenciais para garantir que as comunidades locais se beneficiem de maneira tangível e sustentável.

Além disso, os desafios enfrentados pelas comunidades reassentadas em Tete destacaram a necessidade urgente de um maior envolvimento e diálogo com as populações afetadas, bem como uma fiscalização mais rigorosa por parte das autoridades governamentais para garantir que as promessas feitas sejam cumpridas e que os impactos negativos sejam adequadamente geridos.

Portanto, a experiência de Tete oferece lições valiosas para outras regiões de Moçambique que estão começando a explorar seus recursos naturais, como Cabo Delgado. É imperativo que os erros do passado não se repitam e que as estratégias de desenvolvimento sejam bem estruturadas e inclusivas, promovendo não apenas o crescimento econômico, mas também o desenvolvimento sustentável e equitativo das comunidades locais.



Em resumo, a transformação dos recursos naturais em verdadeira prosperidade nacional depende de uma governança eficaz, de uma participação robusta do Estado, de práticas empresariais responsáveis e de um compromisso genuíno com o desenvolvimento sustentável das comunidades. É essencial que Moçambique aprenda com as lições de Tete para construir um futuro mais justo e próspero para todos.




Construindo uma sociedade democrática que promove, protege e respeita os Direitos Humanos.

Building a democratic society that promotes, protects, respect human rights & transform people's lives.

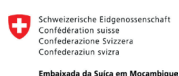
INFORMAÇÃO EDITORIAL:

Propriedade: CDD – Centro para Direitos Humanos
Director: Prof. Adriano Nuvunga
Autor: Salvado Raisse
Layout: CDD

Contacto:
Rua Dar-Es-Salaam Nº 279, Bairro da Sommerschild, Cidade de Maputo.
Telefone: +258 21 085 797

 CDD_moz
E-mail: info@cddmoz.org
Website: <http://www.cddmoz.org>

PARCEIROS DE FINANCIAMENTO



Embaixada da Suíça em Moçambique

